Teoria do Estado e estratégia socialista no século XX: Lênin, Gramsci e os eurocomunistas

PEDRO FELIPE NARCISO*

Resumo

O presente trabalho discorre sobre a teoria de Estado e a estratégia socialista em três diferentes momentos do século XX, abarcando a análise sobre a concepção de Lênin, desenvolvida ainda na primeira e segunda década do século passado; a de Gramsci, elaborada entre o fim dos anos de 1920 e começo dos anos de 1930; e a dos eurocomunistas, desenvolvida na década de 1970. O objetivo principal do referido estudo é posicionar teoricamente a obra de Gramsci em relação às duas grandes vertentes que advogam o legado do autor, o marxismo revolucionário referenciando em Lênin e o marxismo reformista referenciado no pensamento eurocomunista.

Palavras-chave: Teoria do Estado; Estratégia Socialista, Gramsci.

Abstract

This paper discusses about the state theory and the socialist strategy in three different moments of the Twentieth century, encompassing the analysis about conception of Lenin, developed in the two first decades of last century; about conception of Gramsci, elaborated between the decades of 1920 and 1930; and about the conception of the eurocommunists, developed in the decade of 1970. The main goal of this work is to locate the Gramsci theory's in relation to the two big conceptions that claim the legacy of the italian author, the revolutionary marxism based on Lenin and the reformist marxism based on eurocommunism.

Key words: State Theory; Socialist Strategy; Gramsci.

* **PEDRO FELIPE NARCISO** é mestrando em Sociologia na Universidade Federal de Pelotas.

Introdução

O presente trabalho discorre sobre a teoria de Estado e a estratégia socialista em três diferentes momentos do século XX, abarcando o princípio, a ascensão e a crise do Movimento Comunista Internacional politicamente referenciado na URSS. Nosso objeto de investigação é a teoria de Estado e a estratégia socialista de Lênin, desenvolvida ainda na primeira e segunda década do século passado; a de Gramsci, elaborada entre o fim dos anos de 1920 e começo dos anos de 1930; e a dos eurocomunistas, desenvolvida na década de 1970. A questão aqui colocada em relação às perspectivas dos três períodos é se a teoria de Gramsci é uma continuidade da teoria de Lênin ou uma ruptura que contribuiu para o posterior desenvolvimento do eurocomunismo. Desse modo, nosso objetivo principal é posicionar teoricamente a obra de Gramsci em relação às duas grandes vertentes que advogam o legado do autor, o marxismo revolucionário referenciado em Lênin e o marxismo reformista referenciado no pensamento eurocomunista.

Como objetivos específicos necessários à realização do principal elencamos três, que são: a) identificar e apresentar a teoria de Estado e a estratégia socialista nas três perspectivas; b) compreender a relação que a concepção de Estado em cada uma das perspectivas tem com as suas respectivas concepções de estratégia socialista; e c) comparar as três concepções e identificar as suas possíveis rupturas e continuidades. No sentido de melhor apresentar o processo de realização dos objetivos supracitados o presente trabalho está estruturado em duas seções principais: na primeira são apresentados os procedimentos realizados durante a pesquisa, o conjunto de categoriais de análise considerados e a sua centralidade para a compreensão das referidas teorizações; e na segunda, por fim, se apresenta a teoria do Estado e a estratégia socialista nas três concepções abordadas, encaminhando para as considerações finais uma análise breve da relação entre elas.

1. Para uma análise criteriosa do problema

Executando uma primeira revisão bibliográfica sistemática delimitada pelos objetivos do presente trabalho, se identificou dois grupos de autores, os que consideram Gramsci um continuador da concepção que se fundamenta em Lênin, ou seja, não rompe com o que há de essencial em relação à teoria do Estado (TOGLIATTI 1972; 1980), (CHAGAS, 2012), (DEL ROIO, 2007), (SALVADORI, 2012), (BUCI-GLUCKSMANN, 1978; 1980), (TOLEDO, 1994), (SECCO, 2006), (GRUPPI, 1980; 1980b); e os que consideram que o pensamento de Gramsci rompe definitivamente com o pensamento fundamentado no marxista russo (MÉDICI, 2007), (COUTINHO, 1979), (ANDERSON, 1981),

(BERLINGUER 2009; 1977), (CARRILLO, 1978; 1980).

A partir do material coletado nessa primeira etapa da pesquisa foi possível identificar uma insuficiência principal nas análises feitas até então. Essa insuficiência reside no fato de que esse problema de pesquisa, embora muito trabalhado, quase sempre foi abordado de modo secundário, sem um critério básico de análise, meramente como uma premissa para justificar outras por meio do uso da autoridade intelectual do marxista sardo. Dessa maneira, na tentativa de superar as insuficiências das análises anteriores, será apresentado a seguir aquilo que julgamos ser os critérios para análise do pensamento político marxista.

Uma particularidade que não pode ser negligenciada no estudo da presente temática é que os referenciais teóricos que constituem o objeto da análise não foram gestados nas cátedras acadêmicas, mas no seio dos Partidos Comunistas. Desse modo, é necessário compreender que os desafios teóricos (e práticos) colocados são diferentes daqueles preconizados pelo paradigma do cisma entre as duas vocações, de Max Weber, que aponta para a total separação entre a "tomada de posição político-prática" e a "análise científica das estruturas e dos partidos" (WEBER, 2005). Para o pensamento marxista a epistemologia contemplativa de Weber é resultado típico do processo de desenvolvimento da propriedade privada, que é o processo de alienação, na qual a unidade da práxis foi cindida, amputando totalmente o trabalho criativo do trabalho prático, unilateralizando, assim, o próprio homem (MARX, 2014). O fetichismo é o efeito obrigatório desse processo de alienação, em que os resultados da atividade humana são encarados como dotados de vida própria, totalmente independentes da atividade que, realmente, os criaram (MARX, 1983). Portanto, ao contrário do paradigma weberiano, as teorias abordadas, de vertente marxista, não podem conceber a separação da "análise científica das estruturas" da "tomada de posição político prática," para essas a medida do seu potencial não está em dissimular o seu conteúdo político sob a possibilidade da análise científica neutra, mas está, pelo contrário, na capacidade de conjugar de modo coerente a análise científica da realidade social com a consecução de objetivos políticos a partir de métodos previamente justificados. Portanto, tais teorias estão submetidas a uma determinação dupla, a científica e a política.

A conjugação dessas duas determinações – a política e a científica – são partes constituintes da unidade da práxis, ou seja, a relação reciprocamente determinada entre teoria e prática, que nada mais é que a atividade humana conscientemente deliberada por meio da qual o homem modifica o mundo e a si mesmo (BOTTOMORE, 2001). A unidade da práxis se expressa num plano mais concreto na fórmula Estado e Revolução, de Lênin, na qual o mérito do revolucionário se encontra em combinar em unidade dialética a ciência e a política, a teoria do Estado e a estratégia socialista, as quais formam a unidade básica da análise política marxista. Essa unidade fundamental, a práxis, é o elemento basilar do chamado socialismo científico, dessa forma, a tarefa que se impõe sobre o presente trabalho para o cumprimento de seus objetivos é a de executar a reconstituição da referida unidade em três diferentes tempos.

Para que essa unidade diferenciada entre teoria do Estado e estratégia socialista

possa ser capturada em cada uma das perspectivas apontadas é necessário desmembrá-la em categorias mais simples. Portanto, na tentativa de identificação da teoria do Estado serão observadas de maneira conjugada em cada uma das três perspectivas três categorias: a) a origem do Estado, b) a essência do Estado e c) as dimensões do Estado.

Com a primeira categoria, a origem do Estado, busca-se compreender o entendimento que cada uma das perspectivas tem sobre as relações sociais e históricas que tornaram o desenvolvimento do Estado possível e, até mesmo, necessário. A observância da segunda categoria busca compreender a perspectiva sobre a substância do Estado, o seu fim último, aquilo que torna o Estado o que ele é e sem o qual já não seria. A última das categorias procura identificar as perspectivas acerca dos meios do Estado, a sua extensão, ou, o elo fundamental pelo qual esse estabelece suas relações com a totalidade social, o seu sustentáculo. A análise conjunta das três categorias articuladas possibilita então a compreensão sobre a definição que cada uma das perspectivas tem sobre o Estado, assim, se alcança o primeiro dos objetivos, o Estado nos três referidos tempos.

Estando delimitadas as categoriais utilizadas na análise acerca da perspectiva de Estado, falta ainda apresentar a outra face que compõe a unidade Estado/Revolução, a noção de estratégia. Partindo da perspectiva de que a política é arena da luta de classes os revolucionários marxistas incorporaram ao seu linguajar teórico os termos básicos do planejamento militar, desenvolvendo a partir de análises sobre as diferentes formações sociais em que se inseriam uma série de formulações estratégicas que balizaram uma parte considerável do debate político no século XX. De modo geral pode se definir estratégia no campo da política, como aquilo que "determina o caminho geral pelo qual deve ser canalizada a luta de classes do proletariado para conseguir seu objetivo final" (HARNECKER, 2012), assim, compreendemos que o plano estratégico geral é constituído pelo o objetivo estratégico final e pelos objetivos estratégicos parciais, sendo tais objetivos definidos dessa ou daquela forma de acordo com a amplitude da análise proposta. Desse modo, entendemos a estratégia como uma relação entre meios e fins fundamentada a partir do entendimento sobre as possibilidades reais de determinada realidade concreta, sendo o objetivo final o elemento que, ao ser combinado com as análises acerca da realidade, determina os objetivos parciais e, por consequência, o desenho do plano estratégico geral.

2. Três perspectivas de Estado e estratégia

Do conjunto de critérios teórico-metodológicos estabelecidos até aqui parte-se então para análise das obras de Lênin, de Gramsci e do conjunto de formulações dos autores eurocomunistas.

Na caracterização do Estado em geral Lênin, citando o Engels de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, define esse último como "produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes" (LÊNIN, 2012). Sendo então o Estado entendido como um "órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; a criação de uma ordem que legaliza e consolida essa submissão, amortecendo a colisão das classes" (Ibid, p. 27).

Como dimensão essencial do Estado em geral e, portanto, de todo e qualquer Estado, Lênin salienta a "força armada separada e superior ao conjunto da sociedade (...) o exército permanente e a polícia" (Ibid, p. 29). Portanto, para Lênin, o Estado tem a sua origem na divisão das sociedades em classes sociais, sendo a sua essência fundamental a dominação de uma classe por outra e a sua dimensão a administração exclusiva das forças coercitivas.

No que se refere à proposição estratégica o revolucionário russo, tendo como objetivo estratégico final a edificação do Estado Proletário, parte desse quadro de análise para a formulação de um plano estratégico geral, o qual é constituído, resumidamente, por quatro objetivos estratégicos parciais que se complementam mutuamente: a formação do partido revolucionário, a unificação política do proletariado, o estabelecimento das devidas alianças de classe e a destruição do Estado burguês.

No que diz respeito ao pensamento eurocomunista, a sua teoria do Estado se articula a partir de uma tese central, a qual sugere que o surgimento do Estado Ocidental fundamentado na democracia de massas marcou uma ruptura ontológica com o Estado existente até então. Essa tese é constituída por dois argumentos fundamentais. O primeiro argumento é de que esse Estado Ocidental fundamentado na democracia de massas, ao contrário de todas as formas de Estado até então existentes, não tem o seu poder assentado no monopólio da coerção, mas sim no consenso da sociedade civil (COUTINHO, 2000).

Desse primeiro argumento floresce o segundo, cujo raciocínio segue do seguinte modo: se a sustentação do poder estatal não é mais a violência e todo o aparato técnico que essa exige mas sim a hegemonia nos espaços da sociedade civil, o decisivo para o exercício de poder estatal são os acordos que propiciam a formação de consensos nos espaços civis, assim, o Estado não se configura mais como monopólio de classe, possibilitando, dessa maneira, que o poder seja exercido pela pluralidade de grupos que constituem o corpo social, dependendo esses somente da sua capacidade de estabelecer alianças e construir consensos. Desse modo o Estado é tomado como um campo neutro onde os diferentes grupos e classes disputam livremente o consenso da sociedade civil (WEFFORT apud TOLEDO, 1994).

Os eurocomunistas, então, não divergem da tradição marxista acerca do surgimento do Estado em geral, eles consideram, no entanto, que a natureza do Estado democrático no ocidente é diferente das outras formas de Estado que se constituíram ao longo da história. No caso do moderno Estado democrático ocidental, a essência não seria a dominação, mas a representação da pluralidade de grupos sociais, sendo o seu sustentáculo - aquilo que lhe dá sustentação junto à totalidade do corpo social – o consenso nos aparelhos privados de hegemonia que, no seu conjunto, formam a sociedade civil.

É a partir dessa caracterização do Estado que os eurocomunistas constroem o seu plano estratégico, posto que para cada argumento que constitui a teoria do Estado há uma repercussão estratégica. O reconhecimento de que o Estado democrático desenvolvido no ocidente não tem uma substância de classe, podendo ser utilizado também pela classe trabalhadora na construção do socialismo, aponta contra a noção segundo a qual o proletariado destrói o

Estado existente, substituindo-a pela orientação de ocupar e ampliar esse Estado. (BERLINGER apud COUTINHO, 1979, p. 1 e 2). Assim qualquer possibilidade de destruição do Estado democrático acaba por ameaçar a realização desse ponto estratégico que, inevitavelmente, passa por dentro do Estado constituído (BERLINGUER, 2009; CARRILLO, 1978). Desse modo, a defesa do Estado democrático ocidental se apresenta como um objetivo central para os eurocomunistas (BERLINGUER, 2009).

Se o argumento de que o Estado democrático ocidental não tem substância de classe coloca como horizonte a ocupação, a ampliação e a defesa desse Estado; o argumento que considera esse como não sendo fundamentado na violência traz à perspectiva estratégica o modo como isso deve ser feito. Desse modo o desenho estratégico eurocomunista, possuindo uma perspectiva indefinida de socialismo (CHAGAS, 2012) tem como objetivo estratégico final a ocupação progressiva e gradual do Estado democrático ocidental com a perspectiva de sua ampliação, sendo o socialismo fruto desse processo (BERLINGUER, 2012). Os objetivos parciais necessários à consecução do objetivo final passam essencialmente pela construção do consenso na sociedade civil por meio de negociações, alianças e disputas limitadas pelo Estado de Direito, sendo o parlamento uma instituição de primeira importância.

Finalizado então a apresentação da teoria eurocomunista, tratemos agora de Gramsci. A Teoria de Estado de Gramsci começa com o desenvolvimento e aprofundamento de uma diferenciação estabelecida por Lênin, que é a distinção entre as formações sociais de caráter ocidental e as de caráter oriental. No sentido de desenvolver essa formulação, Gramsci busca identificar o elemento que diferencia tais formações sociais, preconizando que a diferença fundamental entre elas seria o desenvolvimento da sociedade civil, como evidenciado na citação abaixo.

> En Oriente el Estado lo era todo, la sociedade civil era primitiva y gelatinosa; en Occidente, entre Estado y sociedade civil había una justa relación y en el temblor del Estado se discernía de inmediato una robusta estructura de la sociedad civil (GRAMSCI, 1984, p. 157).

O fato diferenciado destacado na formação econômico-social do ocidente não é a existência da sociedade civil, que existia de modo primitivo e desarticulado nas formações orientais, mas é o fortalecimento e o desenvolvimento dessa sociedade civil a tal ponto que essa se torna um elemento central para o exercício da dominação política. Partindo disso se verifica que em Gramsci o Estado mantém a sua origem no antagonismo de classes, sendo também a sua essência a viabilização da dominação de uma classe por outra. Entretanto, diferentemente de Lênin, Gramsci agrega na análise do Estado uma segunda dimensão, a sociedade civil, que não substitui a sociedade política, mas junto com ela, forma a unidade orgânica e indissociável do Estado (BIANCHI e ALIAGA, 2011; MENDONÇA, 2014; VIOLIN, 2006; GOULART, 2008), definida por Gramsci por meio do conceito de Estado Integral (JESSOP, 2009).

Essa nova configuração do Estado, exigiria também, de acordo com Gramsci, uma forma diferenciada de fazer política, no sentido de compreendê-la o marxista sardo

desenvolve o conceito de bloco histórico, que é o conjunto de relações estabelecidas entre as diferentes classes sociais de uma formação social concreta em luta pela hegemonia (força e consenso) do Estado Integral (sociedade política e sociedade civil). Nesse bloco histórico se é dirigente por meio de consenso estabelecido junto aos aliados que formam, com a classe dominante, o sistema hegemônico; ao passo que se é dominante por meio do potencial de exercício da força coercitiva em relação aos inimigos, dessa maneira o momento da direção pertence, predominantemente, à sociedade civil e o momento da "dominância", predominantemente, à sociedade política.

Se a questão do poder se resume a direção do sistema hegemônico então a manutenção desse poder passa pelo estabelecimento de alianças de classe, na qual a classe hegemônica deve atender um mínimo de demandas das classes aliadas. A burguesia como classe hegemônica nas formações sociais capitalistas deve buscar, portanto, universalizar o seu projeto por meio dessas concessões. No entanto, por imperativo das leis do desenvolvimento do modo de produção capitalista, as quais tendem para a acumulação de capital, à burguesia, sobretudo nos períodos de crise, é colocada uma contradição: a reprodução das relações de produção nas quais ela, a burguesia, é classe dominante, pressupõe a acumulação de capital, ao passo que a manutenção do seu poder político – que garante a acumulação de capital e a reprodução das relações de produção na qual a própria burguesia é a classe dominante – pressupõe a garantia dos interesses de outros grupos sociais e, portanto, a distribuição desse capital.

Gramsci, reconhecendo o caráter cíclico das crises do capitalismo e o conjunto de possibilidades históricas abertas por essas formula a sua estratégia que, sobretudo, visa manipular no presente a correlação de forças existentes no futuro que, certamente, é de crise. Assim, o marxista sardo aprofunda o desenvolvimento prático do socialismo científico, reduzindo os determinantes históricos que até então se manifestavam enquanto fenômenos aleatórios e acabavam, por isso, sendo mistificados. Assim o marxista sardo afirma que:

> En el estudio de los diversos grados o momentos de las situaciones militares o políticas no se suele hacer las debidas distinciones entre: causa eficiente, que prepara el suceso histórico o político de diverso grado o significado (o extensión) y la causa determinante que inmediatamente produce el suceso y es la resultante general y concreta de la causa eficiente, la precipitación concreta de los elementos realmente activos y necesarios de la causa eficiente para producir la determinación (GRAMSCI, 1999, p. 332).

No trecho acima, Gramsci expõe então num plano mais abstrato os conceitos de causa eficiente e de causa determinante, os quais se manifestam num plano mais concreto, de acordo com a exposição gramsciana, como guerra de posição e guerra de movimento. A leitura mais usual das guerras de posição e de movimento (em Gramsci) no Brasil é a de Carlos Nelson Coutinho, o qual afirma que a partir da diferenciação oriente e ocidente:

> Gramsci pôde formular de modo positivo, sua proposta de estratégia para os países ocidentais; nas formações orientais, a predominância do Estado-coerção impõe à luta de classes uma

> estratégia de ataque frontal, uma guerra de movimento ou de manobra, voltada diretamente para conquista e conservação do Estado em sentido restrito; no ocidente, ao contrário, as batalhas devem ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições e de espaços (guerra de posição), da direção político-ideológica e de consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e para sua posterior conservação (COUTINHO, 1999, p. 147).

Ao contrário do que preconiza Coutinho (op. cit.) de nenhuma maneira a guerra de posição é o oposto de guerra de movimento sendo essa última uma exclusividade das formações orientais. O Estado-coerção sob a forma ditatorial não é uma exclusividade das formações sociais com sociedade civil pouco desenvolvida. Na própria obra de Gramsci – especificamente sobre a crise do bloco histórico – verifica-se que as formações econômico-sociais com sociedade civil desenvolvida também são passíveis de sucumbirem ao julgo da ditadura política. Não é possível que o marxista sardo, inserido numa formação econômico-social ocidental com a sociedade civil fortemente desenvolvida possa pensar diferente disso estando nesse mesmo contexto social condenado ao cárcere fascista.

Dessa maneira, antes de se colocarem como opostas, guerra de posição e guerra de movimento se complementam como momentos diferentes de um mesmo processo, sendo a primeira "a causa eficiente, que prepara o acontecimento histórico ou político de grau ou significado (ou extensão) diversos" e a segunda, a "causa determinante, que produz imediatamente o acontecimento e é a resultante geral e concreta da causa eficiente" (GRAMSCI, 1999, p. 332). Ou seja, a guerra de posição segue a definição de COUTINHO (1999, p.147), na qual as batalhas "são travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições e de espaços, da direção político-ideológica e de consenso dos setores majoritários da população," no entanto, ao contrário do que esse preconiza, essa não é uma negação da guerra de movimento, do ataque frontal visando a ruptura revolucionária, mas é antes uma preparação para que essa se realize com sucesso (PORTELLI, 1983). Desse modo, a interpretação de Coutinho, no seio do acúmulo teórico do marxismo, é a menos óbvia possível, pois além de negligenciar a distinção frisada por Gramsci entre causa eficiente e determinante, ignora também um princípio fundamental da dialética, a qual Gramsci conhecia profundamente, que é o princípio de passagem da quantidade à qualidade, no qual a mudança quantitativa, "contínua" e lenta, não constitui um oposto binário da mudança qualitativa, "descontínua' e "através de saltos," mas pelo contrário, torna essa última possível (LAKATOS e MARCONI, 1985, p. 99).

Numa síntese final dessa seção, afirma-se que Gramsci, investigando o Estado como Estado Integral (unidade sociedade política e sociedade civil) coloca o problema da estratégia socialista como o desafio de conduzir as alianças de classe por meio da guerra de posição em torno do consenso na sociedade civil visando desestabilizar o sistema hegemônico do bloco histórico vigente ao passo que, concomitantemente, edifica um novo bloco histórico que se realiza com a tomada do poder político por meio da guerra de movimento na sociedade política preparada pela, mais demorada, guerra de posição.

Considerações finais

Por fim, para todos os efeitos, ratifica-se que entre os eurocomunistas e Lênin não há ponto de aproximação na teoria do Estado e na estratégia socialista. Sendo que Gramsci, em relação a Lênin, não rompe em nenhuma categoria, seja na teoria do Estado, seja na estratégia socialista. O que o revolucionário italiano faz é desenvolver a teoria estabelecida por Lênin a partir dos problemas colocados por uma nova formação social, enriquecendo, assim, a teoria. O ponto de toque entre os eurocomunistas e Gramsci é a incorporação distorcida e unilateral, por parte daqueles, das contribuições do marxista sardo, sobretudo, no que se refere à sociedade civil.

Como síntese dos resultados apresentados na última seção do capítulo anterior, ratificamos que Gramsci é um expoente do marxismo revolucionário orientado na tradição da III Internacional (*Comintern*) e a sua teoria não rompe com a de Lênin, mas pelo contrário, a desenvolve, abastecendo-a com conteúdo real concreto. Assim sendo, acredita-se que aqui fora compreendido a realização do nosso objetivo geral: posicionar teoricamente a obra de Gramsci de maneira justificada. O cumprimento desse objetivo só foi possível por meio da realização dos objetivos parciais, que esperamos também ter cumprido.

Entre as contribuições do presente trabalho se destacam as considerações acerca da definição da unidade da práxis em suas diferentes dimensões de concreticidade/abstração no campo da política; uma caracterização mais direta e precisa do eurocomunismo enquanto teoria, que podendo ser tachada de exageradamente simples e elementar, defini os fundamentos básicos da vertente teórica, o que, segundo a própria experiência de pesquisa, se constata como elemento escasso na literatura; e, por fim, uma definição geral da teoria política de Gramsci, considerando e problematizando aspectos comumente simplificados de maneira precipitada, como a falsa oposição entre a guerra de posição e guerra de movimento que é usada para justificar análises unilaterais da estratégia política, obnubilando a distinção assinalada por Gramsci entre causa eficiente e causa determinante.

Do ponto de vista teórico se reconhece que ainda há muito que ser aprendido e desenvolvido em torno da obra de Gramsci, sobretudo levando em consideração as repercussões políticas que uma releitura não orientada pela justificação do reformismo pode trazer aos movimentos populares que se proponham a rupturas de caráter socialista, os quais, até pouco tempo, negligenciavam a obra do marxista italiano, tomando essa como legítima representação teórica da social-democracia pós-soviética, perdendo, com isso, uma contribuição teórica com a qualidade que poucos foram capazes de oferecer na realização de uma análise concreta da estrutura e da dinâmica das sociedades contemporâneas.

Referências

ANDERSON, Perry. **Las antinomias de Antonio Gramsci**. Barcelona: Editorial Fontamara, 1981.

BERLINGUER, Enrico. **Do Compromisso Histórico ao Eurocomunismo**. Lisboa, Ed: Antídoto, 1977.

_____ **Democracia, valor universal.** Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

BIANCHI, Álvaro, ALIAGA, Luciana. **Força e consenso como fundamento do Estado; Pareto e Gramsci**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 17-36.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. **"Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva"**. In: INSTITUTO GRAMSCI. Política e história em Gramsci. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p 117-148.

_____ **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro, Ed: Paz e Terra, 1980.

CARRILLO, Santiago. **Eurocomunismo e Estado**. Rio de Janeiro, Ed: Difel, 1978.

_____ **Eurocomunismo**. Palestra transcrita in Revista de la Universidad de México, v. 34, nº 8, abril de 1980.

CHAGAS, Juary, **Reformismo e negação da estratégia revolucionária: um Gramsci deformado pelo eurocomunismo.** Comunicação apresentada ao VII Colóquio Internacional Marx-Engels, destinada ao GT 2 - Os marxismos. Campinas, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**. In: Silveira, Ênio (org.) Encontros com a civilização brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 33-47.

DEL ROIO, Marcos. **Gramsci e a emancipação do subalterno.** Revista Sociologia Política, Curitiba, 29, p. 63-78, nov. 2007.

GOULART, Débora C. **Opostos que não se atraem: a sociedade civil para Gramsci e os neoliberais.** Lutas Sociais, n. 19/20, p. 66-79, 2008.

GRAMSCI, Antônio**. Cuadernos de lá cárcel: edición crítica del Instituto Gramsci a cargo del Valentino Gerratana, Tomo 3**. Ciudad de México: Ediciones Era, 1984.

_____**. Cuadernos de lá cárcel: edición crítica del Instituto Gramsci a cargo del Valentino Gerratana, Tomo 5**. Ciudad de México: Ediciones Era, 1999.

GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e Tática**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

JESSOP, Bob. **Althusser, Poulantzas, Buci-Glucksmann: desenvolvimentos ulteriores do conceito gramsciano de Estado integral.** Crítica Marxista, n.29, p.97-121, 2009.

LAKATOS, Eva M. e MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São

Paulo: Atlas, 1985.

LÊNIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Expressão popular, 2012.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Volume 1, livro primeiro. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

_____ **Os Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo, Boitempo, 2014.

MÉDICI, Rita. **Gramsci e o Estado: para uma releitura do problema.** Revista Sociologia Política, Curitiba, 29, p. 31-43, nov. 2007.

MENDONÇA, Sônia R. **O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica**. Marx e o Marxismo v.2, n.2, jan/jul, 2014.

PORTELI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

SECCO, Lincoln. **Gramsci e a Revolução**. São Paulo. Alameda. 2006.

TOGLIATTI, Palmiro. **Antonio Gramsci**. Roma: Riuniti, 1972.

_____ **Socialismo e Democracia: escritos escolhidos do período 1944-1964**. Rio de Janeiro: Ilha, 1980.

TOLEDO, Caio Navarro de. **A modernidade democrática: adeus à revolução?** Revista Crítica Marxista, São Paulo, nº1, p. 27-38, 1994.

VIOLIN, Tarso C**. A sociedade civil e o Estado ampliado, por Antônio Gramsci**. Revista Eletrônica do CEJUR, v. 1, n. 1, ago./dez. 2006.

WEBER, Max. **A ciência como vocação** in: Três tipos de poder e outros escritos. Lisboa, Tribuna da História, 2005.

Recebido em 2017-07-12
Publicado em 2018-01-01